



POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA: POVOS INDÍGENAS NO CURSO SUPERIOR DE POLÍCIA DA PMMT.

Benedito Lauro da Silva (COEDUC/UFMT) – beneditolauro@gmail.com
GT 4: EDUCAÇÃO E POVOS INDÍGENAS

Resumo: A Covid 19, pandemia que assolou as pessoas no mundo todo, provocou a necessidade do cumprimento de protocolos rígidos de isolamento social para a proteção individual e coletiva das pessoas, inclusive com resquícios no modelo educacional brasileiro, que em algumas instituições educativas passou a ser oferecido de maneira não presencial. As instituições de ensino policial também tiveram que ser reorganizar e buscar novos caminhos para que as suas atividades acadêmicas fossem realizadas com responsabilidade e segurança. Este relato de experiência expõe sobre as experiências práticas ocorridas durante a disciplina de Políticas Públicas e Segurança Pública no Curso Superior de Polícia (CSP) da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT), ano de 2020, em que foram inseridos conteúdos da temática indígena nos assuntos de segurança pública. A presente pesquisa encontra-se revestida da abordagem qualitativa com metodologia de estudo de caso, utilizou-se como instrumentos de coleta de dados a análise de materiais digitais e documentais da APMCV.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Segurança Pública. Povos Indígenas.

1 Introdução

A pandemia da Covid 19 exigiu imediatas adequações das instituições de ensino em face da necessidade de cumprir protocolos rígidos de isolamento social para a proteção individual e coletiva da população mundial. Muitas foram as preocupações e cuidados para que o processo de ensino aprendizagem não sofresse sérios prejuízos, surgindo então, iniciativas com o propósito da oferta do ensino não presencial.

Assim como as diversas instituições educativas do território brasileiro, as do ensino militar também tiveram que reorganizar as suas atividades acadêmicas na busca de novos caminhos para que os cursos necessários para a progressão da carreira militar acontecessem sem causar prejuízo às promoções previstas em lei nos estatutos militares. Dessa forma, o uso das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) foram utilizadas como recursos pedagógicos e didáticos para a realização das atividades acadêmicas com segurança e responsabilidade à comunidade escolar envolvida nesse processo.

O presente artigo busca o relato dos resultados das experiências práticas ocorridas durante a disciplina de “Políticas Públicas e Segurança Pública” no Curso Superior de Polícia (CSP) da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT), ano de 2020, exatamente durante o período da pandemia da Covid 19. Esse curso em nível de pós-graduação *latu sensu*, especialização em “Política Estratégica e Desenvolvimento Regional Aplicado à Segurança Pública”, com 420 horas aulas, é oferecido pela Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV), instituição de ensino superior responsável pela formação e aperfeiçoamento dos oficiais da PMMT.

Participaram do curso membros da segurança pública mato-grossense que preencheram os requisitos mínimos do edital de convocação e pertenciam ao quadro de oficiais superiores da Polícia Militar, oficiais superiores Corpo de Bombeiros Militar e delegados de polícia da Polícia Civil.

Além da formação acadêmica o CSP se reveste de outra importância ao conferir aos oficiais superiores das corporações militares estaduais uma das habilitações necessárias para que possa concorrer ao último posto do oficialato, a patente de coronel, bem como, habilita também, os delegados de polícia a ascender na sua carreira profissional.

A presente pesquisa encontra-se revestida da abordagem qualitativa com metodologia de estudo de caso, utilizou-se como instrumentos de coleta de dados a análise de materiais digitais e documentais da APMCV que criaram e regulamentaram o CSP/PMMT do ano de 2020.

2 Desenvolvimento

As consequências da pandemia da Covid 19 impôs um novo formato de relação educacional tanto para os docentes quanto aos discentes dos cursos militares da segurança pública, que costumeiramente participaram de cursos de formação eminentemente presenciais desde o ingresso nas suas instituições. Coube aos professores se adequar e doravante modificar suas práticas pedagógicas, qual seja, planejar suas aulas para serem ministradas de maneira online como única condição para melhor interagir com os alunos, bem como, buscar orientações e informações sobre os meios técnicos, tecnológicos e comunicacionais que garantissem efetivamente o alcance das aulas que passariam a ser ministradas à distância.

O plano de curso do CSP foi implementado com a proposta de fomentar aos discentes a aquisição de conhecimentos com uma sólida base de fundamentos teóricos em

correntes de “cunho filosófico, sociológico, político, econômico, ético, histórico, cultural e institucional, que, certamente, colaboram para oferecer uma ampla visão de valores que permeiam o estado de direito, a democracia e os direitos humanos” (PMMT, 2020).

O curso reveste de imensa importância para o contexto da sociedade por preparar os futuros delegados de polícia e coronéis das instituições, patente máxima na hierarquia militar estadual. São esses futuros coronéis os responsáveis pelo planejamento final e acompanhamento dos trabalhos de execução das medidas de segurança que incumbem às suas respectivas corporações.

A ementa da disciplina Políticas Públicas e Segurança Pública, contendo a carga de 30 horas/aulas, contemplavam em suas principais discussões assuntos que perpassavam sobre os conceitos fundamentais e históricos de políticas públicas, inclusão social, o estado de bem-estar social, o estado liberal, o estado social-liberal, a formação da sociedade moderna, governabilidade e governança, a descentralização federativa e políticas de segurança pública.

As aulas sobre os conceitos fundamentais das políticas públicas contaram com as discussões teóricas das ciências políticas que tradicionalmente direcionam seus conteúdos para o modelo euro-americano de criação, elaboração e execução de políticas públicas. Esse conteúdo contém textos que tratam o ser humano de maneira universal e não inclui a possibilidade da existência das diferentes culturas num determinado território. Foi necessário, então, introduzirmos nessas discussões os ensinamentos dos autores GEERTZ (2016) e LARAIA (2017) que tratam sobre a importância do conhecimento sobre as culturas.

O percurso histórico das políticas públicas contou com conteúdos sobre a política europeia para a colonização das américas, a chegada dos colonizadores e especial destaque sobre a pré-existência dos diferentes povos que habitavam os continentes, suas diferentes culturas, organização social, costumes e tradições. Destaque dado também aos povos originários nacionais, a estimativa populacional da época da colonização, o uso da mão de obra indígena no processo colonizatório, a escravização e a resistência indígena, o progressivo genocídio e demais fatos que culminaram na atual situação precária que vivem os povos indígenas do Brasil. Obras dos estudiosos SILVA (2013) e RIBEIRO (2015) foram fundamentais para esse diálogo.

Para a interlocução sobre a inclusão social foram discutidos temas sobre as diversas formas de racismo de que os povos indígenas são vítimas, mesmo sendo os primeiros habitantes desta terra, sua invisibilidade perante os demais brasileiros, as discriminações

que sofrem e os constantes direitos que lhes são negados, ainda que tenham previsão legal e declarados na Constituição Brasileira (BRASIL, 1990) e outras normas infralegais. Buscamos amparo nas referências de BARBUJANI (2007) e SILVA (2013).

É nítido o quase total desconhecimento dos profissionais da segurança pública sobre as presenças indígenas no território brasileiro, suas organizações sociais e culturais. Embora prevista em lei a obrigatoriedade do ensino da temática indígena nas escolas até hoje essa norma ainda não foi totalmente implementada (Lei 11.645/2008). O que se nota é que os profissionais da segurança pública, através do ensino escolar também não adquiriram esses necessários conhecimentos. Através da disciplina “Políticas Públicas e Segurança Pública” tornou factível aos discentes do CSP o aprendizado sobre a enorme diversidade étnica e cultural indígena que se apresenta tanto a nível nacional quanto particularmente no estado de Mato Grosso.

3 Considerações finais

As atividades desenvolvidas no Curso Superior de Polícia propiciaram atividades para que os alunos participassem do processo de discussão sobre a presença e modo de vida indígena no país, possibilitando que as aulas contivessem assuntos inéditos para a segurança pública local, tornando interessante e dinâmica a discussão sobre as diferentes culturas existentes no Brasil, neste especial as indígenas

E necessário que nos cursos policiais os planos de curso recebam, também, conteúdos programáticos com a temática indígena e fomentação da existência de outros modos de vida e de pensar o mundo, uma vez que o profissional da segurança pública, que lida diuturnamente com as mais complexas situações geradoras de conflitos, deve reconhecer e compreender as especificidades socioculturais dos diferentes grupos étnicos.

Conhecer sobre a diversidade dos povos que compõe a nossa sociedade se constitui num desafio para todos os operadores da segurança (BALLETRERI, 1998) no momento da elaboração e execução das políticas públicas de segurança para que contemplem de maneira justa todas as pessoas que compõe o território nacional, neste particular, incluir, também, os povos indígenas.

Referências

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos Humanos: coisa de polícia**. Passo Fundo: CAPEC, 1998.

BARBUJANI, Guido. **A invenção das raças**. São Paulo: Contexto, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 2016.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

RAMOS CARVALHO, André de. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2017.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. 4. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SILVA, Giovani José. **Ensino de História Indígena**. In: WITTMANN, Luisa Tombini. **Ensino (d)e História Indígena**. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2015.